



Monte Mor, 01 de agosto de 2022.

**OFÍCIO Nº 280/2022 – GAB**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, encaminho para a devida apreciação desta Casa de Leis, o incluso projeto de lei que *“Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo na utilização de créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 1.418.400,00 no Orçamento Programa para 2.022 e dá outras providências”*

E, conforme o disposto do artigo 29 da Lei Orgânica Municipal, encaminhamos para a apreciação desta Casa de Leis, em regime de urgência, tendo em vista a necessidade de suplementação de fichas orçamentárias especificamente ao atendimento à Saúde do Município - Associação Sagrado Coração de Jesus

**Edivaldo Antônio Brischi**  
**Prefeito Municipal**

**Anexo: Projeto de Lei.**

**Ao Excelentíssimo Senhor**

**Vereador Alexandre de Jesus Pinheiro**

**M.D. Presidente da Câmara de Vereadores**

**Monte Mor – Estado de São Paulo**



**PROJETO DE LEI 2.022.**

*“Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo na utilização de créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 1.418.400,00 no Orçamento Programa para 2.022 e dá outras providências*

**EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI**, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 45, inciso III da Lei Orgânica do Município, leva para apreciação e aprovação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte:

**Art. 1º** – Fica o Poder Executivo de Monte Mor autorizado a incluir no Orçamento Programa de 2022 aprovado pela Lei nº 2885 de 09 de dezembro de 2.021, o crédito adicional suplementar no valor de **R\$ 1.418.400,00 (Hum milhão, quatrocentos e dezoito mil e quatrocentos reais)** em favor do Órgão e Unidade Orçamentária na seguinte dotação:

**02.05.01 – Secretaria Municipal de Saúde**

10.122.2061.2.041.01 – Convênio Hospital

3350.39.00 – Outros Serv. de Terceiros – Pes. Jurídica F – 991 R\$ 1.418.400,00

**TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES**

**R\$ 1.418.400,00**

**Art. 2º** – O recurso necessário à abertura dos créditos de que trata o artigo 1º decorre de anulação parcial das seguintes dotações:

**02.06.02 – Meio Ambiente**

18.541.2.052.2.196.01 – Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólido

3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pes. Jurídica F – 1191 R\$ 1.000.000,00

**02.03.05 – Tributação e Cadastro**

04.122.2003.2.262.01 – Implatação e Gestão do IPTU premiável

3390.31.00 – Premiações Culturais, Art., Científicas, Disp.e Outras F- 1784 R\$ 220.000,00

**02.01.04 SECRETARIA DE CHEFIA DE GABINETE E DEPENDENCIAS**

08.244.2078.2.009.01 – Manutenção da Unidade Fundo Social de Solidariedade

3390.32.00 – Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita F – 1526 R\$ 50.000,00

**02.02.01 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DEPENDENCIAS**

04.131.2078.2.003.01 – Comunicação Governamental

3390.32.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pes. Jurídica F – 1254 R\$ 99.600,00



---

## **02.02.01 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DEPENDENCIAS**

04.131.2002.2.203.01 –Publicidade Legal e Institucional

3390.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pes. Jurídica F - 1842 R\$ 48.800,00

**TOTAL DAS ANULAÇÕES R\$ 1.418.400,00**

**Art. 3º** – Fica convalidado na Lei nº 2884/21 – PPA e na Lei nº 2836/21– LDO, o valor do programa ou ação ora contemplados na presente Lei, bem como, passam a integrar as planilhas que integram as leis retro citadas.

**Art. 4º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**PREFEITURA DE MONTE MOR, 27 de julho de 2022.**

**EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI**  
**Prefeito de Monte Mor**

**JUSTIFICATIVA:**



Monte Mor, 27 de julho de 2022.

**SENHOR PRESIDENTE,**

*Senhores Vereadores,*

Submetemos a apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei que **“Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo na utilização de créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 1.418.400,00 no Orçamento Programa para 2.022 e dá outras providências”**

O presente projeto de Lei tem por objetivo a utilização de créditos adicionais suplementares para utilização do recurso apresentado, considerando que a sua utilização se faz necessária às despesas com terceiros – especificamente à Associação Sagrado Coração de Jesus. As despesas deverão ocorrer no próximo 5º dia do mês de agosto de 2022. Tal suplementação faz-se necessária em virtude dos termos de colaboração 04 e 05/2021, alocando assim recursos para o que necessário.

Justifica-se o pedido de REGIME DE URGÊNCIA a esta Douta Casa de Leis, pela necessidade de utilização dos recursos necessários à garantia dos compromissos financeiros/orçamentários da Secretaria Municipal de Saúde, tão essenciais e urgentes ao atendimento à população de Monte Mor.

Essas são as razões que nos levam a apresentar o presente Projeto de Lei.

Na certeza que o Senhor Presidente fará o devido encaminhamento e que os Nobres Vereadores, integrantes dessa Nobre Casa de Leis, aprovarão o presente Projeto de Lei.

**EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI**  
*Prefeito Municipal*